

Em busca de uma identidade: é possível a ultrapassagem do discurso competente?

1. Esclarecimentos iniciais

Dentre os três objetivos propostos para este Fórum*, resolvi privilegiar o primeiro, o da questão da formação humanística do comunicador social, a partir das diversas áreas que compõem o Tronco Comum.

Os motivos da opção são inúmeros, restando implícitos no texto, devendo ser ressaltada, porém, a dificuldade de se debater os conteúdos programáticos das disciplinas no âmbito de um foro como este, limitado pelo tempo.

Quanto à experiência desenvolvida no IAC/PUCCAMP, trouxe-a em anexo, i.e., uma cópia de todo o projeto de implantação do novo currículo desenvolvido pelos Departamentos de Jornalismo, Propaganda e Publicidade e Relações Públicas. Um trabalho de fôlego, que parte de considerações sobre as necessidades de formação de cada um daqueles profissionais, sem perder de vista, jamais, as especificidades do mercado regional.

Neste sentido, pode-se dizer que aos poucos o IAC/PUCCAMP define sua própria identidade, à medida que dirige a formação técnico-profissional de seus discentes em função das necessidades de Campinas e região, não sendo descurada, entretanto, às exigências dos grandes mercados em relação a estes profissionais.

Tal trabalho é fruto da ação pedagógica desenvolvida nos últimos quatro anos, sendo que inclusive existe uma produção intelectual própria, cujo núcleo se aglutina em torno da revista **Comunicarte**.

Finalmente, sem qualquer pretensão, gostaria de remeter os eventuais ouvintes/leitores desta comunicação ao meu trabalho "Uma alternativa para a Sociologia da Comunicação" (in ERBOLATO, Mário L. e BARBOSA, Júlio C. T. **Comunicação e Cotidiano**, Campinas, Ed. Papyrus, 1984, pp. 169/183).

Nele procurei abordar não só as modificações curriculares decorrentes da implantação da Res. 02/84 — CFE como também uma proposta de conteúdo temático para as diversas disciplinas do Tronco Comum, mormente **Teoria da Comunicação e Comunicação Comparada**, além é claro da **Sociologia da Comunicação**, sugerindo ainda, **Estética e Comunicação de Massa**.

Estas, em síntese, as razões pelas quais preferi privilegiar a questão da formação humanística do comunicador social.

2. Considerações genéricas sobre o novo currículo

Menos de cinco anos após a implantação do atual currículo através da Resolução nº 03/78 do Conselho Federal de Educação — CFE — é outra vez modificada a estrutura curricular dos cursos de comunicação.

À primeira vista, parece que a ampla e generalizada insatisfação dos professores e alunos com o currículo em vigor, encontrou eco em alguns setores do todo-poderoso e normalmente insensível CFE.

Alguns pontos positivos são evidentes, independentemente de qualquer

* Este trabalho foi apresentado ao 1º Fórum sobre o novo currículo dos Cursos de Comunicação Social, promovido em S. Paulo, pela INTERCOM, em novembro de 1984.

análise mais aprofundada, especialmente a extinção da "camisa-de-força" que divide o atual currículo em três áreas distintas: o das matérias de fundamentação geral-humanística, de fundamentação específica e matérias de natureza profissional.

Tal divisão deu lugar ao **Tronco Comum** que é complementado por uma **Parte Diversificada**, sendo destinada 50% da carga-horária do currículo pleno a cada uma delas, não se computando aí os Projetos Experimentais. O Básico se extingue como curso, sendo que as disciplinas profissionalizantes poderão ser ministradas a partir dos dois primeiros anos, antiga reivindicação dos discentes.

Ao enumerar as seis disciplinas obrigatórias que devem ser complementadas por três outras, de uma lista de vinte e duas, a Resolução 02/84 parece retomar o espírito da Resolução 11/69, cuja forma era semelhante.

Entretanto, há um nítido salto qualitativo no que se refere às disciplinas enunciadas, a par das exigências de laboratório, projetos experimentais e da qualificação dos docentes das áreas técnicas. Neste sentido, a Res. 02/84 é a síntese das Res. 11/69 e 03/78.

O excessivo número de disciplinas existentes no atual currículo, que leva a uma visão altamente fragmentada da realidade social, impedindo um trabalho interdisciplinar eficaz, não só dá lugar a um menor número de disciplinas — sem prejuízo da carga-horária — como aumenta a margem de manobra das escolas na formação dos currículos plenos, possibilitando a exploração das especificidades regionais.

Em que pese às aparências, faz-se necessário examinar os mecanismos "de controle e poder no ensino de comunicação" a ele imanentes, além do que está por detrás das mudanças. Tal tarefa, entretanto, como já dito, não se constitui em objetivo deste texto, que pretende, ao invés, colocar algumas possibilidades de exploração de uma formação humanística tal e qual preceitua a Res. 02/84.

3. Em torno de uma tentativa

A tentativa de elaboração de uma filosofia para o Tronco Comum é também uma tentativa de conceptualização de um **homo** que se quer formar, sendo, pois uma reflexão antropofilosófica, ou a tentativa de formulação de uma antropologia filosófica do comunicador social.

Com efeito, ao pensarmos a formação humanística deste, nada mais estamos fazendo que privilegiar os aspectos do conhecimento que devem ser refletidos e os aspectos da realidade que devem ser tematizados.

Tal reflexão será sempre (ou pelo menos tende a ser por um bom tempo) marcada pela dificuldade de se definir ou pelo menos delimitar o próprio objeto de estudo da **teoria da comunicação**.

Todavia, a partir dos conceitos básicos de Gerbner — "comunicação é a interação social através de mensagens" — e Habermas — "sem comunicação o social não existe" — podemos estabelecer os parâmetros ou as vertentes delimitadoras da reflexão no Tronco Comum.

Vertentes na realidade muito distantes e que implicam incursões nas mais diversas áreas do conhecimento — desde a teoria da informação até a semiótica, passando pela sociologia, filosofia, economia, história, antropologia etc. tal qual o reconhece qualquer estudioso da comunicação.

O se dizer que as vertentes estão muito distantes, implica uma assertiva genérica e difusa, que deve ser explicitada, o que se dá pela especificação não só dos temas-básicos, como também dos conceitos fundamentais necessários a uma formação humanística, se não profundamente sólida, pelo menos razoavelmente ampla.

Antes de nos remetermos a este ponto — a especificidade do conteúdo — fique claro que considero como ponto pacífico para a realização de qualquer trabalho neste sentido, nas escolas de comunicação, a existência de uma interdisciplinaridade como complementari-

dade, tal qual foi formulado, dentre outros, por Ana Mae Barbosa (in "A questão da interdisciplinaridade na Escola de Comunicação").

4. Conhecimento, linguagem e ação

Toda sociedade desenvolve estruturas normativas, no sentido de reproduzir-se. Tais estruturas são encarnadas principalmente nas instituições do direito e da moral, que por seu turno definem o núcleo da interação social.

Na verdade, conforme apontou Habermas, a "reprodução da sociedade e a socialização de seus membros são dois aspectos do mesmo processo, ambos dependentes das mesmas estruturas"¹.

Essa assertiva nada mais é que o que Rubem Alves chama de "estranha dialética"²: se a linguagem é uma ferramenta criada pelo homem na sua tentativa de se apropriar do mundo, por outro lado, o fato é que uma vez criada, ao invés de ser o homem quem a usa, é ela quem usa o homem.

Assim, a questão que se coloca é a propósito das possibilidades de se ultrapassar as delimitações que são postas pelas estruturas normativas da sociedade, que são produzidas lingüísticamente, e que agem no sentido de uma reprodução cíclica delas próprias.

Tal ultrapassagem deve-se dar inicialmente a partir de uma reflexão sobre a linguagem conceptual utilizada socialmente, pois é ela que "tende a fixar nossas percepções, nosso pensamento e comportamento"³.

Ao se falar de percepção, pensamento e comportamento, fala-se de três aspectos da capacidade humana: do conhecimento, da linguagem e da ação. Implica uma reflexão sobre o desenvolvimento do Eu e do sistema de delimitações em torno do qual ele se forma.

Esta reflexão inicial pode ser resumida em torno da seguinte formulação: o **real é uma organização da linguagem ou a linguagem organiza o real**. Neste sentido, o ato de reflexão se põe como tema-

tização dos fundamentos sobre os quais se assenta a vida social, as diversas relações dela decorrentes, enfim, os diversos níveis da realidade, e cuja consequência inevitável, na sociedade em que vivemos, será o apontar para a necessidade de sua reconstrução. Mais que isto, deve também indicar os meios de viabilizar tal reconstrução.

Reconstrução no sentido que propõe Habermas, qual seja, a desmontagem de uma coisa e sua nova recomposição, a fim de melhor atingir a meta que ela própria se fixou. Reconstrução no sentido de se tentar entender os sistemas de regras que podem ser seguidos por qualquer sujeito competente; no sentido de se desmontar as diferentes comunicações e recompo-las de novo, de modo novo, de maneira a entender os problemas de massificação no capitalismo tardio.

É necessária uma tomada de consciência quanto "à pluralidade dos modos de discurso e quanto à especificidade do discurso filosófico"⁴. Saber que a realidade não se reduz somente àquilo que pode ser visto, identificando-se também com o que pode ser dito, cabendo à filosofia do discurso o papel de realizadora da síntese entre o dito e o visto, mas que tal filosofia só se aplica à ordem das coisas, nos termos da formulação de Wittgenstein e seus jogos da linguagem.

Assim, esta reflexão se põe como a negação do discurso competente, pois ao passo que este pretende a universalização do que é particular, buscando moldar todos os sujeitos sociais "à imagem da classe dominante"⁵, escamoteando as diferenças sociais, o ato de reflexão pretende justamente elevar ao nível do conhecimento, tais diferenças.

As ações sociais são delimitadas pela normatividade da sociedade, dos usos que ela faz da linguagem e da lógica que é desenvolvida em torno desta. Refletir sobre as formas de ultrapassagem e reconstrução dessas delimitações significa dar ao homem um instrumental mais que suficiente para que ele seja efetivamente "construtor de sua própria história". Significa elevar esta expressão que

não tem passado de umasurradíssima figura de retórica ao nível da práxis. Significa erigir um novo conhecimento que pode modificar as práticas sociais.

5. A realidade cotidiana

A par desta reflexão em torno dos processos de reprodução das estruturas normativas e das eventuais possibilidades de ultrapassagem das mesmas, é necessário, também, dar ao sujeito da ação social uma perspectiva do espaço onde ela será desenvolvida.

Tal é uma reflexão sobre a própria realidade, impondo-se as perguntas: 1) o que é real? e 2) real para quem?

Ora, bem sabemos que a realidade possui uma multiplicidade de níveis e que seus processos só são apreensíveis pelo conhecimento através de cortes que privilegiam este ou aquele aspecto, não considerando seu sincronismo, multiplicidade e conexões entre os diversos processos.

A reflexão no Tronco Comum, ao mencionar tais níveis, deve ressaltar os aspectos da realidade cotidiana, contrastados àqueles da realidade não-imediata. É um hábito arraigado entre nós, o fato de levarmos a reflexão acadêmica aos níveis macroscópicos da existência, colocando-a em um plano abstrato, ao passo que a concretude da existência se dá no plano microcômico. Daí, nenhuma surpresa com a incompreensão de muitos dos temas tratados.

A realidade cotidiana é a realidade primeira, organizada subjetivamente, a partir do qual o homem interpreta seu mundo, e ao redor da qual se dão todos os processos sociais dos quais participa o sujeito que pretendemos formar. No sentido que Berger & Luckmann colocam, é no cotidiano que se dão os sucessivos e contínuos processos de interação social; e a partir da existência cotidiana que se constrói a realidade social. Uma vez apreendidos estes processos, a compreensão da totalidade do sistema social será quase que decorrência.

É no nível da vida cotidiana que fenômenos como o da propaganda, da opinião pública, da cultura de massas ou das novas políticas de transmissão assumem sua real dimensão.

6. Para concluir

A discussão em torno do currículo mínimo, em que pese ao inicialmente colocado, está encerrada, devendo as preocupações da comunidade acadêmica se voltar para a composição dos currículos plenos, o conteúdo das diversas disciplinas que irão compô-los e os processos de integração das mesmas.

Quero crer que o encaminhamento de realização da proposta aqui colocada não pode ser competência de um único sujeito, mas sim, diz respeito à comunidade que integra cada escola, à vista de seus problemas específicos. Não se pode pretender o mesmo encaminhamento para, digamos, São Paulo, Taubaté e Campinas.

Por fim, aguardam-se as críticas a esta tentativa, cuja maior pretensão é justamente provocar o debate, neste foro/Forum privilegiado.

Júlio César Tadeu Barbosa

(Professor do IAC/PUCAMP)

Notas Bibliográficas

- (1) HABERMAS, Jürgen. "O materialismo histórico e o desenvolvimento de estruturas normativas" in **Para a reconstrução do materialismo histórico**, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 15.
- (2) ALVES, Rubem. **O suspiro dos oprimidos**, São Paulo, Ed. Paulinas, 1984, p. 21.
- (3) MERTON, Robert K. **On theoretical sociology**, The Free Press, New York, London, 1967, p. 145.
- (4) RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**, Rio de Janeiro, Francisco Alves, p. 9.
- (5) CHAUI, Marilena. **O discurso competente e outras falas**, Rio de Janeiro, Ed. Moderna, 1981, p. 4.